

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.488 - SP (2018/0316400-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SELMA REGINA DOS SANTOS ALMEIDA
AGRAVANTE : MARIANA ALMEIDA FRIZZO
ADVOGADOS : CAMILA RODRIGUES FORIGO - PR054447
CAIO CÉZAR MAIA DE OLIVEIRA - SP307700
AGRAVADO : SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A
ADVOGADOS : FABIO RIVELLI - SP297608
DIANA CARDOSO DOS SANTOS - SP339253

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 249, e-STJ):

Ação de indenização por danos materiais e morais - Glosa de ressarcimento em contrato de seguro saúde - Danos materiais representados pelos valores indevidamente glosados que foram reconhecidos pela sentença apelada, depositados nos autos e levantados pela autora - Preclusão - Incabível qualquer discussão a este respeito - Danos morais - Não configuração - Negativa de reembolso que representa mero aborrecimento da vida de relação não alcançando a estatura de danos morais indenizáveis - Pretensão de restituição em dobro dos valores indevidamente glosados - Inaplicabilidade do disposto no Artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor - Impossibilidade de aplicação analógica de penalidade legal - Pretensão de condenação da requerida no pagamento de honorários contratuais - Inviabilidade - Não demonstração do efetivo desembolso - Danos hipotéticos que não podem ser ressarcidos - Juros de mora a contar da citação - Relação contratual - Notificação premonitória exigindo valores em excesso - Não constituição da devedora em mora - Partilha proporcional dos ônus de sucumbência - Atendimento da disposição contida no Artigo 21 do Código de Processo Civil de 1973 - Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 266/269, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, as recorrentes alegam, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 1.022 do Código de Processo Civil e 397 do Código Civil.

Sustentam, de início, que o acórdão recorrido é omissor.

Argumentam que MARIANA ALMEIDA FRIZZO é parte legítima para figurar na demanda, tendo sido indevida a sua exclusão do processo pelas instâncias ordinárias. Alegam, também, a ocorrência de danos morais.

Por fim, requerem seja fixado, como termo inicial dos juros de mora e da correção monetária, a data da interpelação extrajudicial, e não da citação.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 317/326, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 329/331, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, verifico que essas não merecem prosperar. Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Ademais, verifico que o Tribunal de origem analisou expressamente as questões levantadas pelas recorrentes, de modo que não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado por elas.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. Violação ao artigo 1022 do CPC/15 não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissão. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco indicar todos os dispositivos legais por elas suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória

para dirimir o litígio. Precedentes.

2. Para o acolhimento do apelo extremo, no sentido de aferir acerca da presença dos elementos ensejadores da responsabilidade civil do condutor do veículo na hipótese, seria imprescindível derruir a conclusão contida no decisum atacado, o que, forçosamente, enseja em rediscussão da matéria fático-probatória, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

Precedentes.

3. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o motorista e o proprietário do veículo automotor respondem, de forma solidária, pelos danos causados em acidente de trânsito.

Incidência da Súmula 83/STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1077547/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 17/9/2018)

No que toca às teses de legitimidade ativa e de ocorrência dos danos morais, verifica-se que, nas razões do recurso especial, não houve indicação de quais dispositivos de lei federal teriam sido violados pelo acórdão local, fato esse que atrai a incidência do verbete nº 284 da Súmula do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA. PCT. ALEGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO. SÚMULAS 284 DO STF E 7 DO STJ. DOAÇÃO E ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Quanto ao alegado cumprimento do contrato, não foi indicado o dispositivo legal eventualmente violado pelo acórdão recorrido, não observando a técnica própria de interposição do recurso especial a implicar deficiência de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. Ademais, o acolhimento da pretensão recursal importaria necessariamente no reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é defeso nesta fase recursal ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Rever o julgado e acolher a pretensão recursal quanto à doação e ao enriquecimento sem causa demandaria o revolvimento das provas carreadas aos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, providência que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1345503/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE

SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 4/12/2018, DJe 11/12/2018)

Também não assiste razão às recorrentes quanto ao pleito de modificação do termo inicial dos juros e da correção monetária.

O Tribunal de origem consignou que a notificação em análise não seria apta para constituir a requerida em mora, uma vez que a autora pretendia, mediante tal ato, o recebimento de valores a maior, pedido que foi afastado no acórdão, nos seguintes termos (fl. 255, e-STJ):

A relação jurídica mantida pelas partes é de cunho contratual e assim somente a partir da citação pode ser considerada a requerida constituída em mora. Ademais, a notificação encaminhada à autora postulada a restituição em dobro dos valores indevidamente glosados, matéria que foi afastada pela presente decisão e não poderia destarte, servir para constituir a requerida em mora na medida em que a autora pretendia o recebimento de valores a maior.

Rever essas conclusões tomadas pelo Tribunal estadual implicaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório, o qual é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7 do STJ.

Assim, não se tratando de obrigação positiva e líquida, com vencimento certo, os juros e a correção monetária devem fluir a partir da citação, como decidido pelas instâncias ordinárias.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora